



DECRETO JUDICIÁRIO Nº 2 5 1 3 / 2010.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, usando de suas atribuições legais, e

considerando as previsões constantes na resolução nº 02, de 24 de março de 2010, que trata da implantação do processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás,

considerando a implantação, no dia 1º de outubro de 2010, do sistema eletrônico de processo PROJUDI, na Comarca de Sanclerlândia.

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar que, a partir do dia 30 de outubro de 2010 as ações relativas a direito de família e de competência das fazendas públicas, e as ações do juizado especial cível e criminal, inclusive suas cautelares e incidentais, serão recebidas somente pelo sistema PROJUDI.

Art. 2º Os incidentes processuais e processos vinculados a ações em andamento pelo sistema físico, serão protocolados fisicamente.



**tribunal
de justiça**
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Gabinete da Presidência

Art. 3º Encaminhe-se cópia deste decreto para a Comarca, os Ministérios Públicos Estadual e Federal, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Goiás e seus respectivos representantes.

Goiânia, 6 de outubro de 2010, 122º da República.



Desembargador **PAULO TELES**

Presidente